

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL¹

Maria Inês Carneiro Machado²
Jarim Marciano Ferreira³

RESUMO: Esta pesquisa apresentou um estudo comparativo a respeito da percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista antes e depois de cursado a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica, sendo uma pesquisa descritiva com abordagem quantitativa e coleta de dados por meio da aplicação de questionário estruturado aos estudantes do 2º e 4º período do curso de Ciências Contábeis do Unipam. Os principais resultados apontaram alto nível de conhecimentos percebidos pelos alunos do 4º período, quando comparados ao nível de conhecimento dos estudantes do 2º período. Dos alunos do 4º período, 76,59% acertaram mais de 50% das questões objetivas do questionário, enquanto apenas 30% dos alunos do 2º período acertaram mais da metade das perguntas. O estudo apresentou, também, informações para o aprimoramento de estudos sobre áreas que podem ser mais trabalhadas pela disciplina. Foi possível concluir que a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social contribui de forma relevante para o aprendizado, competências e habilidades dos alunos, confirmando a sua importância na grade curricular do Curso de Ciências Contábeis.

PALAVRAS-CHAVE: Direito trabalhista. Conhecimento. Ciências Contábeis.

ABSTRACT: This research presented a comparative study about the perception of students of the Accounting course about labor legislation before and after attending the discipline Labor Law and Social Security. The methodology used was bibliographical research, being a descriptive research with a quantitative approach and data collection through the application of a structured questionnaire to students in the 2nd and 4th periods of the Accounting course at Unipam. The main results showed a high level of knowledge perceived by students in the 4th period, when compared to the level of knowledge of students in the 2nd period. Of the students in the 4th period, 76.59% answered more than 50% of the objective questions of the questionnaire right, while only 30% of the students in the 2nd period answered more than half of the questions right. The study also presented information for the improvement of studies on areas that can be more worked on by the discipline. It was possible to conclude that the discipline Labor Law and Social Security contributes significantly to the learning, skills and abilities of students, confirming its importance in the curriculum of the Accounting Course.

KEYWORDS: Labor law. Knowledge. Accounting Sciences.

¹ Trabalho apresentado na área temática III – Educação e pesquisa em Contabilidade da I Revista Fórum Gerencial do UNIPAM, em 19/11/2020.

² Aluna do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: mariaines@unipam.edu.br.

³ Orientador do trabalho. Professor do curso de Ciências Contábeis do UNIPAM. E-mail: jarim@unipam.edu.br.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO
DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

1 INTRODUÇÃO

As atividades laborais datam do princípio da existência humana. Desde seu início as relações trabalhistas passaram por diversas fases. A Antiguidade foi marcada pela sociedade escravista; logo depois veio a servidão, as corporações de ofício, até chegar à fase da Revolução Industrial, em que se via uma forte exploração da mão de obra por meio do trabalho nas fábricas. A partir desse momento, começou a se difundir no mundo a ideia de que era necessária a intervenção do Estado para regulamentar as relações trabalhistas e econômicas, como forma de garantir relações mais justas e igualitárias para trabalhadores e patrões (MOURA, 2016).

No Brasil, as relações trabalhistas tiveram início com a colonização do país. Desde essa época até o ano de 1888, houve uma grande exploração do trabalho humano por meio do regime escravista, cuja abolição se deu a partir da assinatura da Lei Áurea. Apenas em 1930 foi criado o Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio e, a partir de então, surgiram os decretos trabalhistas e as constituições que começaram a estabelecer alguns direitos aos empregados. A implementação da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho, por Getúlio Vargas, no ano de 1943, foi um marco para o direito trabalhista brasileiro por reunir todas as normas existentes (BASILE, 2018).

Como exposto, a história do direito trabalhista no Brasil e no mundo passou por um longo caminho até se consolidar como é hoje. Diante disso, o contador tem um importante papel relacionado ao direito do trabalho, pois é o profissional responsável por intermediar as relações entre empregado e empregador. Sendo assim, o curso de Ciências Contábeis, responsável por formar o contador, deve prepará-lo para atuar no mercado de trabalho de forma ética e competente.

Diante do exposto, fez-se a seguinte pergunta: Qual o nível de conhecimento dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre os direitos trabalhistas, antes e depois da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social?

A presente pesquisa se justificou por ser relevante academicamente e para sociedade, pois informou por meio de dados estatísticos a importância da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social para a grade curricular curso de Ciências Contábeis e ainda apontou os tópicos que poderiam ser mais aprofundados pela disciplina. Além disso, o estudo servirá como referencial teórico para futuros trabalhos acadêmicos.

O objetivo geral deste estudo foi realizar um estudo comparativo a respeito da percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista antes e depois da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. Para chegar ao objetivo geral foi necessário conhecer um pouco sobre a disciplina, ampliar os conhecimentos sobre os conceitos básicos da legislação trabalhista, analisar de forma geral o conhecimento dos alunos e comparar o conhecimento dos estudantes do 2º e 4º período do curso de Ciências Contábeis.

2 CARACTERIZAÇÃO DA ORGANIZAÇÃO

A aplicação da pesquisa ocorreu com os alunos do Centro Universitário de Patos de Minas (UNIPAM), que tem como entidade mantenedora a Fundação Educacional de Patos de Minas (FEPAM), inscrita no CNPJ 23.354.848/0001-14, com endereço na rua Major Gote, n. 808, bairro Caiçaras, Patos de Minas – MG, CEP: 38702-054 (UNIPAM, 2020).

3 REVISÃO DE LITERATURA

Este referencial teórico abordou aspectos sobre a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social e sobre algumas normas da legislação trabalhista.

3.1 DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

Direito do trabalho e seguridade social é um dos conteúdos trabalhados no segundo semestre do curso de Ciências Contábeis do Unipam, e tem grande importância na formação dos estudantes. A disciplina aborda importantes pontos da legislação trabalhista e tem como foco a relação subordinada entre empregado e empregador. É importante destacar que toda área de estudo tem fundamentação legal na CLT e nas demais normas do direito subordinado. O conteúdo da mesma tem seu foco no papel do contador, sendo que este é essencial para intermediar as relações trabalhistas (UNIPAM, 2020).

3.2 ESTÁGIO

O estágio é um tipo de relação de trabalho sem vínculo empregatício que ocorre com objetivo de preparar o estudante para o trabalho, podendo ser obrigatório ou não. Entre os direitos trabalhistas, o estagiário faz jus somente a um recesso de 30 dias, quando seu contrato for superior a 1 ano. Nos casos de estágio não obrigatório, o estagiário deverá receber também uma bolsa-estágio e o auxílio-transporte (RESENDE, 2020).

3.3 APRENDIZ

O trabalhador aprendiz possui um contrato de trabalho por tempo determinado, que inclui, além da prestação de serviços, uma formação técnico-profissional metódica. Podem ser contratados como aprendizes pessoas entre 14 e 24 anos ou portadores de necessidade especial em qualquer idade (RESENDE, 2020).

3.4 CONTRATO DE TRABALHO

Contrato de trabalho é o acordo realizado entre o funcionário e seu patrão em razão de uma relação trabalhista que ocorreu entre ambos. Em regra geral, os contratos

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO
DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

são firmados por tempo indeterminado, concretizando assim o princípio da continuidade da relação de emprego. Em alguns casos, amparados pela legislação trabalhista, são previstos a realização do contrato por tempo determinado ou o contrato intermitente (ROMAR, 2018).

3.5 SALÁRIO

O salário é o valor pago pelo empregador a seu empregado em troca da prestação de serviço realizada pelo mesmo. Seu pagamento deve ser realizado até o 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado. Ele deve acontecer no local e horário de trabalho ou imediatamente após o encerramento da jornada de trabalho. Quando o mesmo é feito através de depósito, o saque deve estar disponível conforme especificado pela legislação (CISNEIROS, 2018).

3.6 13º SALÁRIO

O 13º salário, também chamado de gratificação natalina, é o direito que os trabalhadores têm de receber ao fim do ano mais uma parcela salarial proporcional aos meses trabalhados e ao valor recebido mensalmente. O valor pode ser pago de forma fracionada, sendo que metade deve ser pago até o dia 30 de novembro e o restante deve ser realizado até no máximo o dia 20 de dezembro (CALVO, 2019).

3.7 JORNADA DE TRABALHO

A jornada de trabalho corresponde à quantidade de horas diárias em que o empregado está à disposição do seu empregador. No geral, as jornadas têm limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais, com a tolerância de 10 minutos diários, sendo 5 no início e 5 no final da jornada (CISNEIROS, 2018).

3.8 HORAS EXTRAS

As horas extras ocorrem quando o tempo trabalhado durante o dia excede a jornada habitual de trabalho. Para que se possa realizar essas horas é necessário um acordo de prorrogação individual ou coletivo. Essas horas, que podem ser realizadas antes ou após a jornada de trabalho, não podem exceder a 2 horas diárias (ROMAR, 2018).

3.9 INTERVALO INTERJORNADA

O intervalo interjornada se refere ao espaço de tempo para descanso que deve existir entre duas jornadas de trabalho (CALVO, 2019). Esse tipo de intervalo garante ao trabalhador em geral um período de descanso entre duas jornadas de trabalho de no mínimo 11 horas consecutivas (RESENDE, 2020).

3.10 FÉRIAS

As férias podem ser definidas como o período de tempo em que o empregado recebe sua remuneração normal, sem prestar serviços a seu empregador (SALES; MENDES, 2015). O período de gozo das férias é em regra geral usufruído de uma só vez. Entretanto, existe a possibilidade de fracioná-las em até 3 períodos. Para que isso ocorra deverá haver concordância do empregado e deve-se observar a quantidade de dias dos períodos, sendo que um deles deverá conter no mínimo 14 dias e os dois demais não podem ser inferiores a 5 dias corridos (ROMAR, 2018).

3.11 PEDIDO DE DEMISSÃO

O pedido de demissão é uma das formas de rescisão contratual integrante aos contratos indeterminados, e tem iniciativa por parte do empregado. Esse pedido por si só não causa nenhuma indenização ao empregado, porém o mesmo deve avisar ao empregador o seu desligamento da empresa com antecedência de 30 dias. Caso o empregado não cumpra seu aviso prévio, este poderá ser descontado de suas verbas rescisórias que incluem saldo de salário, férias vencidas e proporcionais e décimo terceiro proporcional (MOURA, 2016).

3.12 DEMISSÃO SEM JUSTA CAUSA

A dispensa do empregado sem justa causa é o tipo de rescisão que ocorre por iniciativa do empregador, sem motivo de falta por parte do empregado. Esse tipo de encerramento de contrato, garante ao empregado o recebimento de todas as verbas rescisórias de forma integral. Ele terá direito a receber seu saldo de salário, aviso prévio, férias vencidas e proporcionais com seu devido adicional e gratificação natalina proporcional. Além disso, ele terá direito de sacar seu FGTS com a indenização de 40% paga pelo seu empregador e ao recebimento do seguro desemprego (JORGE NETO; CAVALCANTE, 2019).

4 METODOLOGIA

A pesquisa se caracteriza como bibliográfica, pois teve sua fundamentação em materiais já publicados (GIL, 2018). Para se atingir o objetivo geral da pesquisa de comparar o nível de conhecimento dos alunos, foram aplicados questionários adaptados de Fernandes (2016). O questionário é um método utilizado com objetivo de coletar dados para um determinado fim. Ele é constituído por uma série de perguntas relacionadas a dados pessoais e temáticos sobre o objeto da pesquisa, que deverão ser respondidas pelo universo amostral (MARCONI; LAKATOS, 2019).

Com relação aos objetivos e a análise dos resultados, a pesquisa se classificou descritiva, pois descreve as respostas dos entrevistados sem interferência do autor (MEZZAROBBA; MONTEIRO, 2017). A pesquisa também possuiu uma abordagem quantitativa por transformar as informações obtidas por meio do questionário em dados estatísticos (PRODANOV; FREITAS, 2011).

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

5 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este tópico apresentou os dados obtidos através da aplicação dos questionários aos 140 alunos, matriculados no 2º e 4º período, do curso de Ciências Contábeis do Centro Universitário de Patos de Minas – UNIPAM. O questionário foi estruturado com 15 perguntas, sendo 4 delas relacionadas à identificação dos respondentes e 11 questões específicas relacionadas ao tema direito do trabalho. Do total dos participantes, foram obtidas 87 respostas, sendo que estas constituíram a amostra para a análise e discussão dos resultados.

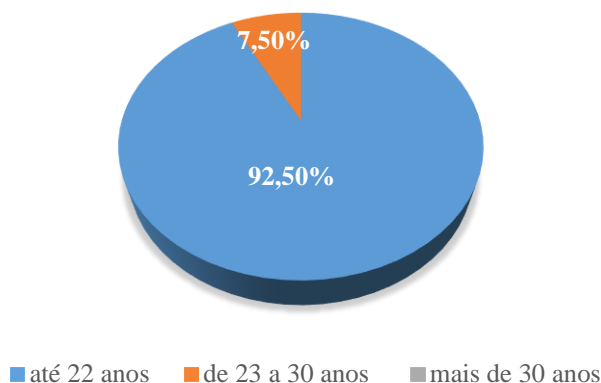
5.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES

A primeira pergunta de identificação dos participantes foi relacionada ao período dos alunos. Das 87 respostas obtidas, 40 foram respondidas por estudantes do 2º período do curso, que estavam iniciando o estudo da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. As demais respostas foram dos 47 alunos do 4º período que participaram da pesquisa e já concluíram o estudo da disciplina.

A segunda pergunta tinha como intuito inferir qual o gênero dos alunos. Foram apresentadas 3 opções de respostas aos participantes, sendo elas: gênero feminino, masculino ou outro, sendo que a última alternativa não foi assinalada por nenhum dos participantes da pesquisa. Dos 40 alunos do 2º período participantes da pesquisa, 35% são pessoas do gênero feminino e 65% do gênero masculino. Já dos 47 alunos do 4º período, 16 pessoas são homens, o que corresponde a 34,04% e 31 são mulheres, o que corresponde a 65,96% das respostas.

A terceira pergunta de identificação dos participantes foi relacionada a idade dos alunos. O Gráfico 1 apresenta as respostas dos participantes do 2º período. A maioria dos respondentes da pesquisa são jovens de até 22 anos, sendo que estes correspondem a 92,50% das respostas. O restante dos participantes do 2º período possui entre 23 e 30 anos, sendo que não houve nenhuma pessoa com mais de 30 anos.

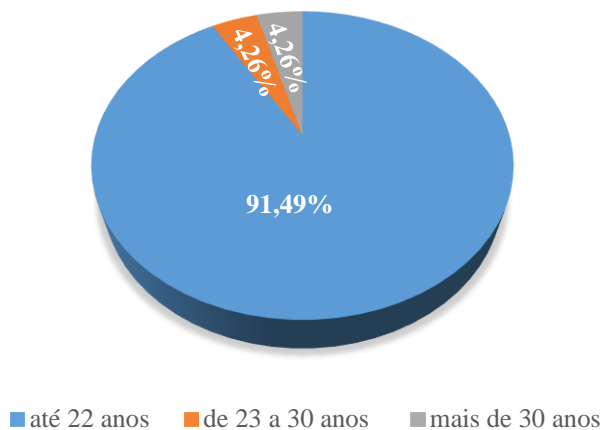
Gráfico 1: Idade dos participantes do 2º período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Já o Gráfico 2, apresenta a idade dos alunos do 4º período que participaram da pesquisa. Desses estudantes, 91,49% possuem até 22 anos. Do restante dos respondentes, 2 pessoas possuem entre 23 e 30 anos e 2 indivíduos têm mais de 30 anos.

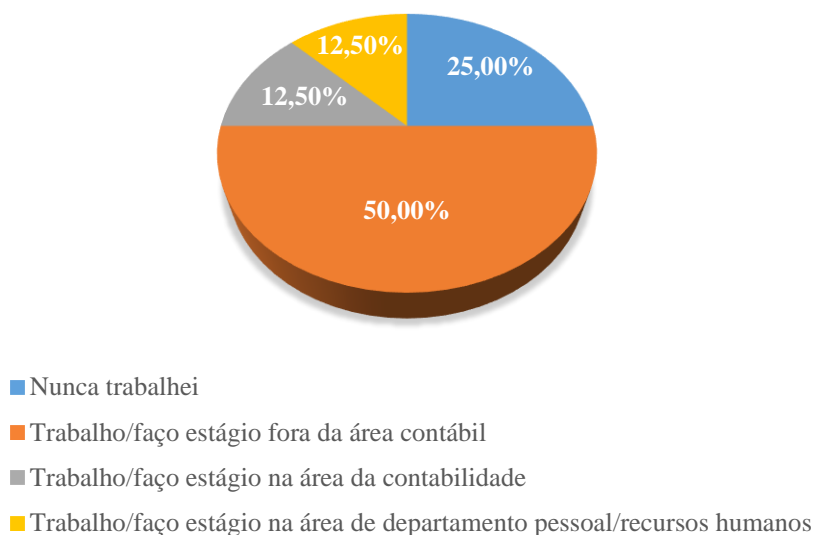
Gráfico 2: Idade dos participantes do 4º período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

A última pergunta de identificação dos participantes tinha como intuito inferir sobre as relações de trabalho do aluno. Foram apresentadas 4 opções de respostas aos estudantes, sendo elas: nunca trabalhei, trabalho/faço estágio fora da área contábil, trabalho/faço estágio na área da contabilidade e trabalho/faço estágio na área de departamento pessoal/recursos humanos.

Gráfico 3: Relações trabalhistas dos alunos do 2º período



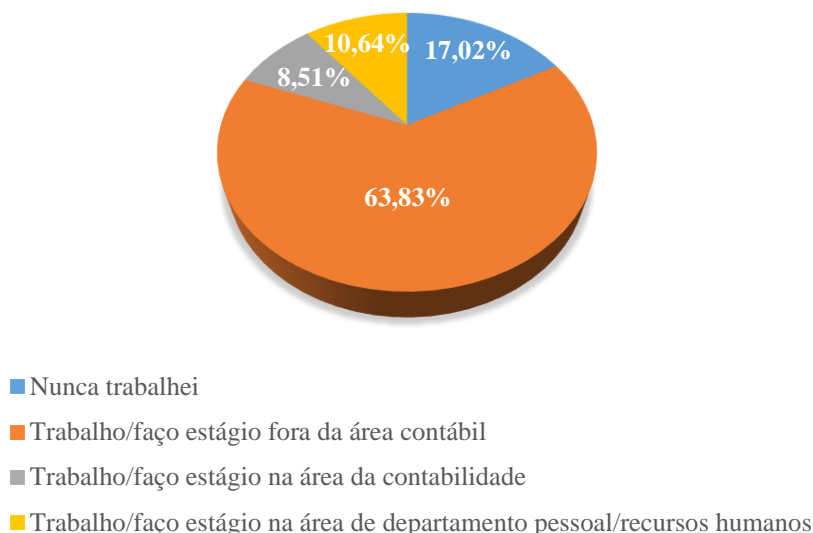
Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Dos 40 alunos do 2º período, 10 alunos responderam que nunca trabalharam, o que corresponde a 25,00% das respostas. Metade dos estudantes desse período, disseram

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

que trabalham ou fazem estágio fora da área da contabilidade. O restante das respostas, ficaram divididas entre os alunos que trabalham na área contábil e na área de departamento pessoal/recursos humanos, conforme Gráfico 3.

Gráfico 4: Relações trabalhistas dos alunos do 4º período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

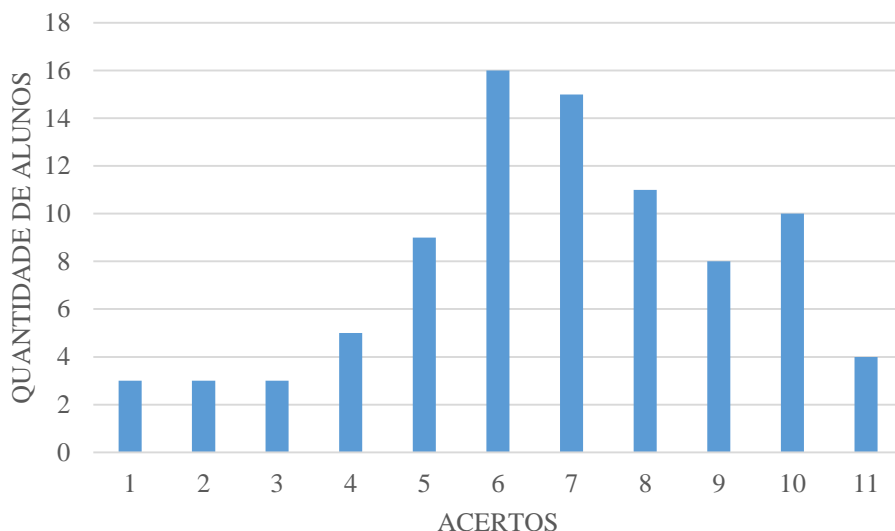
Já dos 47 alunos do 4º período, a maioria respondeu que trabalha ou faz estágio fora da área contábil, correspondente a 30 estudantes. Do restante, 17,02% disseram que nunca trabalharam, 8,51% que trabalham na área da contabilidade e 10,64% responderam que trabalham na área de departamento pessoal/recursos humanos, conforme apresentado no Gráfico 4.

5.2 ANÁLISE GERAL DO NÍVEL DE CONHECIMENTO

Para se analisar o nível de conhecimento dos alunos, foram utilizadas as 11 questões objetivas do questionário, relacionadas aos diversos pontos do direito trabalhista. O Gráfico 5 apresenta a quantidade de alunos que acertaram de 1 a 11 questões, de forma que, foi possível analisar de forma geral o nível de conhecimento.

Dos 87 participantes da pesquisa, 26,44% acertaram de 1 a 5 questões, aferindo-se um nível de conhecimento menor que 50%. A grande parte dos estudantes, correspondente a 31 alunos, acertaram entre 6 e 7 questões do questionário, o que corresponde a respectivamente 54,55% e 63,64% de acertos. Do restante de respondentes, 29 alunos obtiveram uma média de acertos entre 72,73% e 90,91% e apenas 4 alunos acertaram todas as questões do questionário, obtendo 100% de acertos.

Gráfico 5: Nível geral de conhecimento dos participantes da pesquisa



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Analisando individualmente as questões objetivas do questionário, a questão 4, foi a pergunta com maior porcentagem de acertos, conforme Gráfico 6. A pergunta tinha como objetivo inferir dos alunos em qual data deveria ser realizado o pagamento do salário. Mais de 89% dos estudantes marcaram a alternativa correta, que diz que o pagamento deve ser realizado até no 5º dia útil do mês subsequente ao trabalhado. As demais alternativas, somaram os 10,35% de erros totais.

Gráfico 6: Em que data deve ser realizado o pagamento do salário?

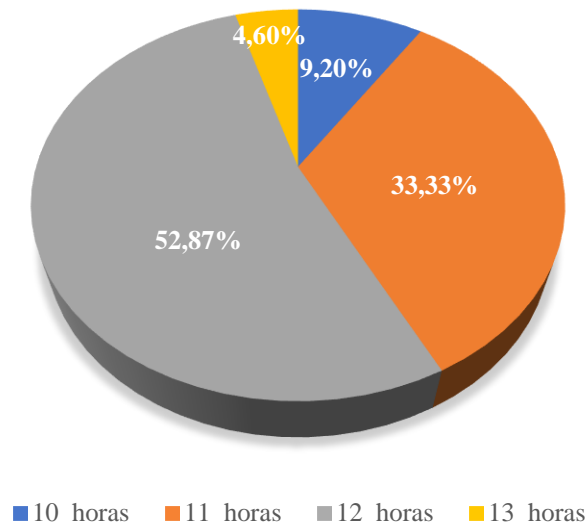


Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Em contrapartida da questão com maior quantidade de acertos, a pergunta 6, que está relacionada ao tempo que deve existir entre duas jornadas, foi a questão com maior quantidade de erros, conforme o Gráfico 7.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

Gráfico 7: Qual tempo de intervalo deve existir entre uma jornada e outra de trabalho?



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

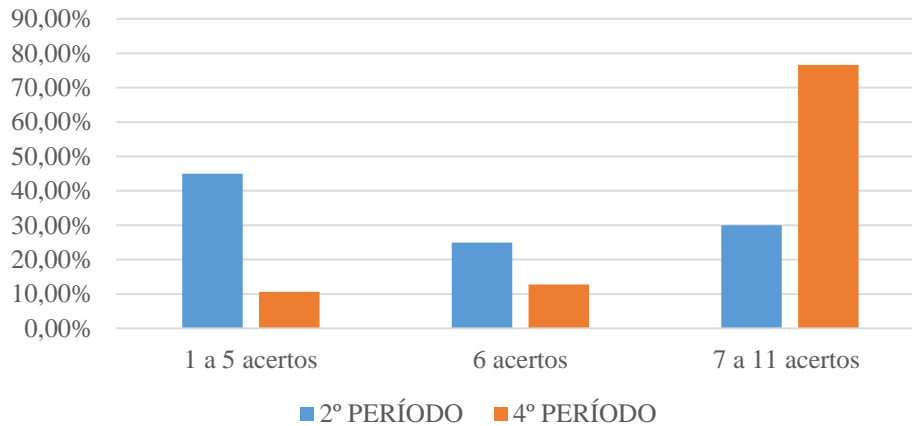
Mais de 50% dos alunos consideravam que entre uma jornada e outra de trabalho deveria haver 12 horas de descanso. Apenas 33,3% dos estudantes responderam corretamente à questão, marcando a alternativa que dizia 11 horas.

5.3 COMPARAÇÃO DO NÍVEL DE CONHECIMENTO A PARTIR DO PERÍODO

O Gráfico 8 tem como objetivo fazer a comparação do nível de conhecimento entre os alunos do 2º e do 4º período sobre os direitos trabalhistas. O cálculo das porcentagens foi feito com base na quantidade de alunos de cada período, sendo 40 alunos do 2º período e 47 alunos do 4º período. Por meio dele é possível identificar a porcentagem de estudantes que acertaram de 1 até 11 questões.

Analisando os dados, percebeu-se que os estudantes do 4º período obtiveram um melhor resultado. Desses alunos, 76,59% acertaram de 7 a 11 questões, 12,77% obtiveram 6 acertos e apenas 10,64% acertaram 5 questões ou menos. Enquanto isso, dos alunos do 2º período, 45% tiveram até 5 acertos, 25% acertaram 6 questões e 30% acertaram 7 questões ou mais.

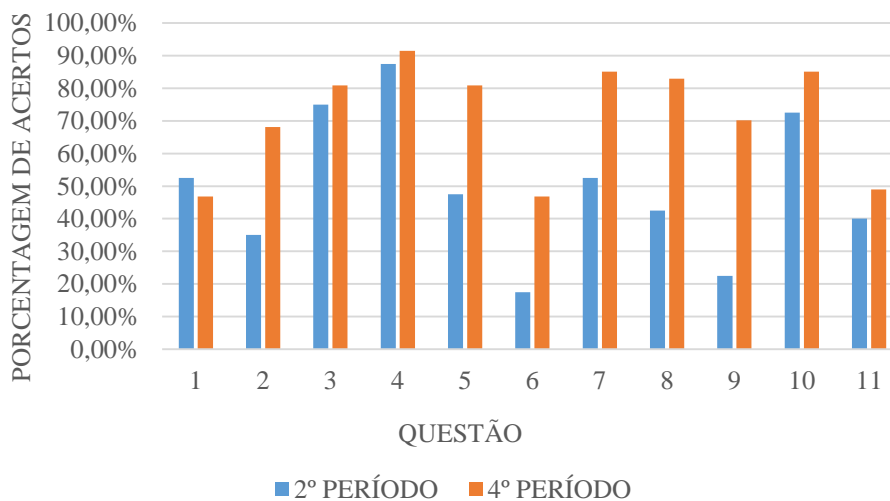
Gráfico 8: Comparação através do período



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

Além da comparação pela quantidade de acertos total, foi feita a comparação da quantidade de respostas corretas por pergunta, conforme Gráfico 9. Como esperado, os estudantes do 4º período tiveram uma maior quantidade de acertos em 10 das 11 questões propostas aos alunos. Apenas na questão 1, que era relacionada aos direitos do estagiário, os acertos foram em maior quantidade dos alunos do 2º período.

Gráfico 9: Comparação da porcentagem de acertos por questão



Fonte: dados da pesquisa, 2020.

O resultado dessa análise pode ser explicado pelo fato de os alunos do 4º período já terem concluído o estudo da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social, enquanto os alunos do 2º período ainda estão iniciando seu estudo na área. Dessa forma, foi possível concluir que a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social contribuiu de forma relevante para o aprimoramento do aprendizado e das habilidades dos alunos, confirmando a sua importância na grade curricular do Curso de Ciências Contábeis.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO
DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

Além disso, observando as respostas dos alunos que já fizeram o estudo da disciplina, foi possível identificar alguns tópicos que deveriam ser mais aprofundados durante o curso. Os tópicos relacionados aos direitos do estagiário, intervalos interjornada e demissão sem justa causa, foram os que os alunos do 4º período apresentaram maior dificuldade e tiveram menos de 50% de acertos. Portanto, conclui-se que esses são pontos que deveriam ser mais trabalhados durante o curso da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do direito trabalhista no Brasil e no mundo passou por um longo caminho até se consolidar como é hoje. O contador tem um importante papel relacionado ao direito do trabalho, pois é o profissional responsável por intermediar as relações entre empregado e empregador. O curso de Ciências Contábeis, responsável por formar o contador, deve prepará-lo para atuar no mercado de trabalho de forma ética e competente. Dessa forma, a pesquisa teve como finalidade mostrar por meio de dados estatísticos a importância da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social para o curso de Ciências Contábeis.

O objetivo geral foi realizar um estudo comparativo a respeito da percepção dos discentes do curso de Ciências Contábeis sobre a legislação trabalhista antes e depois da disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social, de forma a verificar qual o nível de conhecimento dos alunos.

De forma geral, observou-se que grande parte dos estudantes, correspondente a 31 alunos, acertaram entre 6 e 7 questões do questionário, o que corresponde a respectivamente 54,55% e 63,64% de acertos. Analisando individualmente as questões objetivas do questionário, percebeu-se que os alunos tiveram maior facilidade na questão 4, que se referia à data de pagamento do salário. Em contrapartida, os estudantes tiveram mais dificuldade na questão 6, que está relacionada ao tempo que deve existir entre duas jornadas.

Comparando-se o conhecimento dos alunos por período, percebeu-se que os estudantes do 4º período tiveram um melhor resultado que os alunos do 2º, obtendo uma maior quantidade de acertos em 10 das 11 questões. Além disso, 76,59% dos alunos do 4º período acertaram mais de 50% das questões objetivas do questionário, enquanto apenas 30% dos alunos do 2º período acertaram mais da metade das perguntas. Por meio dessa comparação, também foi possível inferir que as áreas relacionadas aos direitos do estagiário, intervalos interjornada e demissão sem justa causa deveriam ser mais aprofundados pela disciplina.

Uma das principais limitações encontradas no desenvolvimento do estudo foi realizar a aplicação de questionários de forma online, devido à pandemia do novo coronavírus. Dessa forma, muitos dos estudantes não aderiram à participação na pesquisa. Outra limitação é que, por ser um estudo de caso, se fosse aplicado o questionário em outros cursos ou períodos o resultado seria diferente.

Sugere-se para uma próxima pesquisa no meio acadêmico, realizar a aplicação de questionários em outros cursos e se comparar com cursos que façam o estudo da

disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social. Outra sugestão, seria realizar a comparação da grade curricular da disciplina em diversas universidades e aplicar o questionário, aferindo qual deles apresenta melhor resultado.

Por fim, a realização deste estudo contribuiu para a Instituição de Ensino, mostrando que a disciplina Direito do Trabalho e Seguridade Social contribui de forma relevante para o aprendizado, competências e habilidades dos alunos e confirmando a sua importância na grade curricular do Curso de Ciências Contábeis. Além disso, o trabalho é relevante academicamente e serve como referencial teórico para próximos trabalhos acadêmicos.

REFERÊNCIAS

BASILE, César Reinaldo Offa. **Direito do Trabalho: teoria geral, contrato de trabalho e segurança e saúde no. trabalho.** 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

CALVO, Adriana. **Manual de Direito do Trabalho.** 4. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2019.

CISNEIROS, Gustavo. **Direito do Trabalho Sintetizado.** 2. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2018.

FERNANDES, Mírian Débora Ferreira. **ESOCIAL: uma análise dos conhecimentos transmitidos pelas IES/RN aos discentes do curso de ciências contábeis frente às mudanças e exigências legais das obrigações fiscais, previdenciárias e trabalhistas.** 2016. 105 f. Monografia (Especialização) - Curso de Ciências Contábeis, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2016. Disponível em: https://monografias.ufrn.br/jspui/bitstream/123456789/3863/1/M%c3%adrianDFF_Monografia.pdf. Acesso em: 20 jun. 2020.

GIL, Antonio C. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 6. ed. São Paulo: Atlas, 2018.

JORGE NETO, Francisco Ferreira; CAVALCANTE, Jouberto de Quadros Pessoa. **Direito do Trabalho.** 9. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica.** 8. ed. São Paulo: Atlas, 2019.

MEZZARROBA, Orides; MONTEIRO, Cláudia Servilha. **Manual de metodologia da pesquisa no direito.** 7. ed. São Paulo: Saraiva, 2017.

MOURA, Marcelo. **Curso de Direito do Trabalho.** 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2016.

PRODANOV, Cleber Cristiano; FREITAS, Ernani Cesar de. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico.** 2. ed. Rio Grande do Sul: Feevale, 2013.

ANÁLISE DO NÍVEL DE CONHECIMENTO DOS DISCENTES DO CURSO DE CIÊNCIAS
CONTÁBEIS SOBRE OS DIREITOS TRABALHISTAS: ESTUDO COMPARATIVO SOBRE A
PERCEPÇÃO DOS DISCENTES ANTES E DEPOIS DA DISCIPLINA DIREITO
DO TRABALHO E SEGURIDADE SOCIAL

RESENDE, Ricardo. **Direito do Trabalho**. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense; São Paulo: Método, 2020.

ROMAR, Carla Teresa Martins. **Direito do trabalho esquematizado**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Educação, 2018.

SALES, Fernando Augusto; MENDES, Marcel Kléber. **Direito do Trabalho de A a Z**. 2. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

UNIPAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS. **Apresentação**. 2020. Disponível em: <https://www.unipam.edu.br/apresentacao.php>. Acesso em: 30 mar. 2020.

UNIPAM - CENTRO UNIVERSITÁRIO DE PATOS DE MINAS. **O curso de Ciências Contábeis**. 2020. Disponível em: <https://graduacao.unipam.edu.br/curso.php?id=NA==>. Acesso em: 30 mar. 2020.